

# Luta por democracia construiu ambiente político para criação da Facepe

Um dos personagens mais emblemáticos da história da Facepe é o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes. O início da trajetória da agência de fomento à pesquisa no estado está intimamente ligada a um dos episódios marcantes da vida política do líder socialista.

A ditadura militar cassou o primeiro mandato do então governador iniciado em janeiro de 1963 e suspenso em abril de 1964. Arraes foi obrigado a buscar exílio que terminou em 16 de agosto de 1979. Neste mesmo ano, o governo do general João Batista Figueiredo promulgou a Lei da Anistia. As imagens do desembarque de Arraes no Aeroporto dos Guararapes no Recife e a comoção popular em recebê-lo são um símbolo do começo do declínio do regime autoritário.

O notório grupo contava com a participação de Sérgio Rezende, Tânia Bacelar, Luiz Antônio Marcuschi, Júlia Melo, Abraham Sicsú, Ricardo Ferreira, André Furtado, entre outros. Sérgio atuou como diretor científico da Facepe entre os anos de 1990 e 1994. Foi secretário estadual de Ciência e Tecnologia e mais tarde se tornou ministro de Ciência e Tecnologia, de 2000 a 2010, no Governo Olívio

O economista Tânia Bacelar atuou por 10 anos na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudeneq), uma trajetória marcada pelo combate à desigualdade social. Outro entusiasta da criação da Facepe era o professor Marcuschi, pesquisador renomado da área de Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco.

O químico recifense Ricardo Ferreira, nascido em 1947, é reconhecido internacionalmente por ser um dos fundadores da ciência moderna brasileira. De acordo com registros da Academia Brasileira de Ciências

sua campanha eleitoral era composta por pessoas vinculadas às universidades e alguns desses intelectuais ocuparam cargos públicos no governo estadual, sendo responsáveis por ações da gestão nessa área.

Este grupo de intelectuais em torno de Arraes era formado por gente que já conhecia a importância do fomento à pesquisa inspirados em órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Antônio ABCq, ele entrou no Instituto de Física da USP, mas concluiu a graduação no bacharelado de Física da Universidade Católica de Pernambuco em 1967. Foi professor da UFPE, desenvolveu pesquisas em universidades americanas e se tornou uma referência para a comunidade científica. Faleceu aos 72 anos em 10 de julho de 2014.

Outros cientistas participaram das ações que resultaram na fundação da agência pernambucana. A Facepe foi uma construção coletiva com muitas pessoas que se envolveram, muita gente envolvida desde a gênese da Facepe, que era a ideia, a vontade de ter uma Fundação aqui até ela acontecer, depois até ela aprimorar, até ela evoluir. Então tem muita gente esteve tanto na direção como nos bastidores da criação da Facepe. Foi uma agenda muito forte do ponto de vista político, analisa a ex-secretária estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação Júlia Melo, que presidiu a agência pernambucana entre os anos de 1994 e 1997.

O contexto da redemocratização também impulsionou avanços na institucionalização do fomento à pesquisa no Brasil. Com a reabertura democrática no cenário político e a partir da Constituição Federal de 1988, houve a criação de leis, decretos e constituições estaduais, visando, dentre outras questões sociais, possibilitar e garantir fundos permanentes para fomento à pesquisa. Daí, então, a formação e atualização de um sistema nacional de ciência e tecnologia passaram a ser uma necessidade contínua e crescente em que a produção, transferência e utilização do conhecimento conduzissem ao desenvolvimento econômico e social em outros moldes, inclusive mais democráticos, analisa a socióloga Andreia Santos a partir de levantamento feito a partir dos registros organizados por Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida e Maria de Ftima Cavalcanti Cabral.<sup>100</sup>Éqv

Ainda do ponto de vista constitucional, vale destacar a emenda apresentada pelo então deputado Florestan Fernandes pPTuSPq, que resultou no artigo 1º do 1º parágrafo da Carta Magna de 1988: É facultado aos estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

A partir dessa regulamentação constitucional, os estados estavam legalmente amparados para destinar percentuais de suas receitas às fundações de apoio à pesquisa. A iniciativa atendia a uma intensa reivindicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e de grupos como o Movimento de Ciência e Tecnologia na Constituinte para o Desenvolvimento Social. Para Lúcia Melo, a Constituição de 1988 buscou estabelecer uma discussão sobre o papel da Ciência para a sociedade.

A Ciência deve servir à cidadania, a Ciência deve se envolver com as questões do Brasil e da população brasileira. Então esse entendimento no contexto da Constituição é muito interessante, é muito importante. Não foi lobby da comunidade para ter dinheiro não! É porque havia uma certa compreensão que no ambiente de uma Constituição Cidadã, que dava todo espaço para identidade, para igualdade, para heterogeneidade da população brasileira, tudo que atualmente está se criticando a Constituição valorizava,

a diversidade. A base da constituição era muito forte nessa questão da diversidade e a Ciência tinha que ter um protagonismo nisso”, analisa Lúcia.

Ainda de acordo com a ex-presidente da Facepe, na época a SBPC tinha um peso político significativo para reivindicar que os estados destinassem à pesquisa recursos previstos em leis orçamentárias. Uma causa inspirada no que já era realidade em São Paulo. “São Paulo tinha uma prerrogativa que nenhum outro estado tinha que era vinculação orçamentária para a Ciência, que era a Fapesp. A Fapesp já tinha naquela época um percentual do orçamento do estado. E por que os outros não tinham? Porque não era obrigatório”.

Vale salientar que a campanha liderada nacionalmente pela SBPC tinha força nos estados a partir de suas representações locais. A unidade de Pernambuco teve um papel importante na criação da Facepe. “Em 1985 nós começamos o movimento entre os professores para fazer proposta, para que o governo de Pernambuco tivesse uma política de financiamento da pesquisa. Aí, então, Arraes foi eleito e esse grupo acabou sendo convidado a redigir propostas concretas. E nós fizemos uma proposta de se criar uma Fundação Estadual de Apoio à Pesquisa, a exemplo da Fapesp, que é o grande exemplo de instituição estadual. Escrevemos isso no programa de Arraes”, conta Sérgio Rezende, um dos idealizadores da agência pernambucana.

A ideia de implantar um fundo para a Ciência e Tecnologia em Pernambuco é anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, uma vez que os professores começaram na década de 1970 a lutar por melhores condições de trabalho dentro das universidades, o que deu origem às associações de docentes (sindicatos), a exemplo da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco (Adufepe) em 1979. Por isso, a busca por recursos para a pesquisa já era uma demanda dos professores envolvidos na campanha para governador de Miguel Arraes e do seu programa de governo.

A força política da atuação da comunidade científica local fez o governo federal instalar em Pernambuco a Agência Nordeste do CNPq, quase uma década